



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA GABRIELLA BARBOSA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E SURDEZ: DISCUTINDO PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA A
PESSOA SURDA**

**CAMPINA GRANDE
2021**

MARIA GABRIELLA BARBOSA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E SURDEZ: DISCUTINDO PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA A
PESSOA SURDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Inclusiva

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre.

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729e Souza, Maria Gabriella Barbosa de.
Educação e surdez [manuscrito] : discutindo propostas educacionais para a pessoa surda / Maria Gabriella Barbosa de Souza. - 2021.
50 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.
"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre ,
Departamento de Educação - CEDUC."

1. Educação. 2. Surdez. 3. Políticas públicas. I. Título
21. ed. CDD 371.115

MARIA GABRIELLA BARBOSA DE SOUZA

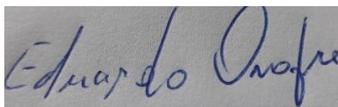
EDUCAÇÃO E SURDEZ: DISCUTINDO PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA A
PESSOA SURDA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Inclusiva

Aprovado em: 27/08/2021.

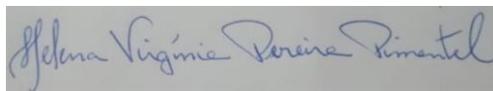
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Marlon Tardelly Morais Cavalcante
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Helena Virgínia Pereira Pimentel
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Escrevo essa parte deste trabalho com os olhos cheios de lágrimas e o coração transbordando de felicidade porque mesmo com todas as dificuldades, não me faltam motivos e pessoas para expressar meu sentimento de gratidão.

Antes de tudo, sou extremamente grata a meu Deus, por não ter me desamparado, por ser meu refúgio, por ser meu melhor amigo, por não me abandonar, por me mostrar nos mínimos detalhes que cuida de mim, e por me ensinar que Ele é maior que qualquer coisa.

A Ele, agradeço por me permitir chegar até aqui, por não ter me deixado desistir, por segurar na minha mão, e ter me sustentado nessa jornada.

Ao meu pai Josivan e minha mãe Gloriete, meus maiores exemplos, quem me ajudou a ser o que sou hoje, e me ensinou os valores essenciais da vida. Eu agradeço por tudo que fazem por mim, pelos maiores ensinamentos que aprendi até hoje, por muitas vezes me colocar como prioridade antes mesmo de vocês, pelo cuidado, proteção e amor.

Aos meus irmãos, eu agradeço por serem quem são, por me ajudarem, mesmo que indiretamente, pelos momentos incríveis, por dividirem o espaço e até os recursos, e por me entenderem.

A Thiago, por todo apoio, incentivo, carinho, pela pessoa incrível que és, e por acreditar em mim, grata sou.

A minha turma, por todas as manhãs proveitosas, mesmo com todas as dificuldades e nossas diferenças, conseguimos tornar essa jornada mais leve.

Especialmente, agradeço a Gerlândia, por ter me ajudado e apoiado até aqui, pela parceria acadêmica e auxílio nos momentos mais desesperadores dessa graduação. A Emídio, que do nada nos tornamos parceiros acadêmicos e ainda “descobri” que somos “primos”. Obrigada por tudo, pelas boas risadas e frutos acadêmicos, que essa parceria se perpetue por muito tempo e continue trazendo bons resultados.

Também externo minha gratidão à Luíza, Alice, Jucinara e Eliana. Pessoas incríveis que tive a oportunidade de conhecer durante essa graduação, e tornaram essa trajetória mais divertida.

Ao professor e orientador, Eduardo Onofre, por me auxiliar na construção desse trabalho. Por me apresentar a Educação Especial e Inclusiva, que hoje busco

me aprimorar e conhecer cada vez mais. Pelos ensinamentos e disponibilidade em me acompanhar nesse processo final do curso. Muito obrigada por tudo.

A banca examinadora, por aceitarem o convite e contribuírem para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos professores e coordenação do Curso de Pedagogia, por todo o conhecimento que me foi repassado, pelas experiências vividas, por juntos estarmos lutando por uma educação mais justa e abrangente a todos.

A UEPB, pela oportunidade de estar lutando e realizando meu sonho, por ter conhecido pessoas incríveis durante esses anos, pelas portas abertas.

A mim mesma, por não ter desistido e mesmo em meio às turbulências da vida, não ter desacreditado de que era possível.

A todos(as) que contribuíram com a minha trajetória, meu muito obrigada!

RESUMO

A história da pessoa surda na sociedade é marcada por diversos acontecimentos. Não obstante a isso, a educação de surdos traz diversos embates, lutas e avanços, que ao longo dos anos tem se estruturado de forma a garantir o acesso e permanência dos(as) alunos(as) com surdez na escola. A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender histórica e politicamente o processo de educação de alunos(as) surdos no município de Aroeiras/PB, buscando entender como essas pessoas são assistidas no âmbito educacional e determinada escola tem apoiado e desenvolvido suas atividades pedagógicas a fim de garantir uma educação de qualidade às pessoas surdas. Para tal, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, e como instrumentos metodológicos para a coleta de dados utilizou-se a historiografia e a entrevista. Participou dessa pesquisa, uma profissional da educação e funcionária da escola, que atua há cerca de 8 (oito) anos na educação especial. Os resultados obtidos dizem respeito a importância de uma boa formação docente para trabalhar com a educação especial e inclusiva; a necessidade de ter ambientes educacionais bem estruturados e capazes de atender as necessidades de seus alunos; a família é um importante aliado na construção do conhecimento e aprendizagem do(a) aluno(a) com surdez, a qual precisa manter laços com a escola para obter bons resultados. Concluímos com esse estudo que mesmo diante de uma história que revele avanços, ainda há muito a se fazer para garantir de fato uma educação eficiente às pessoas com surdez; que é preciso o empenho de toda a sociedade na construção de uma educação que abranja a todos.

Palavras-chave: Educação. Surdez. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The history of the deaf person in society is marked by several events. Despite this, deaf education brings several clashes, struggles and advances, which over the years have been structured to ensure access and permanence of deaf students in school. The main objective of this research is to understand historically and politically the process of education of deaf students in the city of Aroeiras/PB, seeking to understand how these people are assisted in the educational sphere and a given school has supported and developed its pedagogical activities in order to ensure quality education for deaf people. To this end, a qualitative approach research was carried out, and historiography and interviews were used as methodological tools for data collection. To this end, a qualitative research approach was carried out, and historiography and interviews were used as methodological tools for data collection. An education professional and school employee participated in this research, who has been working for about 8 (eight) years in special education. The results obtained concern the importance of good teacher training to work with special and inclusive education; the need to have well-structured educational environments capable of meeting the needs of their students; the family is an important ally in the construction of knowledge and learning for students with deafness, who need to maintain ties with the school to obtain good results. We conclude with this study that even in the face of a history that reveals advances, there is still a lot to be done to guarantee an effective education for people with deafness; that it is necessary the commitment of the whole society in the construction of an education that embraces everyone.

Keywords: Education. Deafness. Public Policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	SURDEZ E EDUCAÇÃO.....	11
3	TRAÇANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA	16
3.1	Trajetória da educação de surdos no Brasil.....	16
3.2	O que diz a legislação da Paraíba em relação à educação especial e inclusiva/ educação de surdos	21
3.3	Escolarização da pessoa com surdez.....	22
4	AMBIENTES ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO DE SURDOS	29
4.1	Instituições de apoio e educação de surdos	29
4.2	Educação especial x Educação inclusiva	30
4.3	Organização e adaptação dos ambientes educacionais para o atendimento aos alunos(as) com surdez	32
5	METODOLOGIA	35
5.1	Tipo de pesquisa.....	35
5.2	Instrumentos de pesquisa.....	35
5.3	Participantes e cenário da pesquisa.....	36
5.4	Análise dos dados.....	36
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	38
6.1	Situando o município de Aroeiras/PB.....	38
6.2	Caracterização da escola pesquisada e da entrevistada.....	38
6.3	O que diz a entrevistada em relação à educação de surdos.....	39
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
	APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	50

1 INTRODUÇÃO

A surdez diz respeito à dificuldade ou impossibilidade de ouvir, havendo uma variabilidade na deficiência auditiva, desde a perda parcial até a severa, podendo surgir a qualquer momento da vida. A pessoa com surdez busca seu espaço na sociedade, esforçando-se para transmitir à mesma, que é capaz, por exemplo, de trabalhar e estudar. É importante salientar que a comunicação é através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estabelecida pela legislação nacional como primeira língua a ser utilizada pela comunidade surda.

O processo de inclusão no Brasil ainda encontra dificuldades, sendo a inserção de pessoas com alguma necessidade educativa especial no âmbito escolar um grande desafio. Por se tratar de um grupo minoritário, suas questões e necessidades não têm tanta visibilidade e apoio necessários, dificultando o acesso a ocasiões e locais básicos, inclusive a escola, nem sendo reconhecidas suas capacidades de exercer funções na sociedade.

Conhecer a história de um povo, comunidade, faz parte também do processo de reconhecimento de que somos uma sociedade de diferenças, de culturas e costumes que se diferem entre si. Por isso, compreendemos que tal temática, tem grande importância para sociedade de forma que a mesma entenda que todos(as) tem espaço independente de suas diferenças, faz parte de sua história além possibilitar uma melhor visibilização para abertura de apoio, diálogos e políticas públicas.

É notório que, ao longo dos anos, questões relativas a respeito da educação inclusiva têm avançado gradativamente, e aos poucos, conquistado seu espaço no meio educacional, através de leis estabelecidas, que garantem o direito de acesso de todos à escola, a abertura para o conhecimento e, conseqüentemente, a desconstrução do preconceito criado e alimentado ao longo das gerações.

Como ressalta Skliar (2006, p. 16)

Estamos assistindo nas últimas décadas - mas também produzindo e fabricando - a um turbilhão irrefreável de mudanças educacionais: mudanças nos parâmetros curriculares nacionais, mudanças nas leis de acessibilidade, mudanças na universalização do acesso à escola, mudanças na obrigatoriedade do ensino [...].

Para que essas mudanças de fato aconteçam, é de fundamental importância a abertura para a discussão sobre tal temática, tendo ciência dos direitos estabelecidos

por lei a todas as pessoas e da necessidade de integrá-las na sociedade, sobretudo no ambiente escolar.

Desde a Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996) no Brasil, que já está posto sobre o acesso à educação para qualquer pessoa independentemente de suas características e condições sociais. Isto posto, é dever de toda a sociedade e poder público, buscar medidas e meios para oferecer uma educação de qualidade a todos os sujeitos. É importante a união de todas as instâncias da sociedade para a realização dessa tarefa.

Desde que iniciei meus estudos sobre a área da educação especial e inclusiva, que busco compreender e aprender as propostas educacionais e políticas públicas em favor da inclusão de pessoas surdas na educação. Pautado também nisso, decidimos estudar e escrever através desse trabalho sobre a educação de surdos com suas respectivas legislações e tratar da importância do processo educacional para pessoas surdas, bem como meios adequados para

Nesse sentido, temos por objetivo desta pesquisa compreender histórica e politicamente o processo de educação de alunos(as) surdos no município de Aroeiras/PB, buscando entender como essas pessoas são assistidas no âmbito educacional e determinada escola tem apoiado e desenvolvido suas atividades pedagógicas a fim de garantir uma educação de qualidade às pessoas surdas.

E a partir disso, compreender tamanha importância da educação para as pessoas surdas, seja em seu desenvolvimento intelectual, como também em suas relações com a comunidade surda e com ouvintes, de forma que lhes proporcione o convívio em sociedade,

Este trabalho tem grande relevância em nosso meio por possibilitar ao leitor conhecer e compreender um processo histórico tão importante de lutas e conquistas no meio educacional, principalmente, dessa comunidade que tem buscado seu espaço ao longo dos anos, além de propagar tão importante conhecimento para a comunidade acadêmica, bem como para a sociedade em geral.

Para melhor compreensão do leitor, o trabalho está disposto em três capítulos. O primeiro, “**Surdez e Educação**”, abordaremos sobre a caracterização da surdez, os estudos sobre a história da educação voltada para pessoas com surdez, onde de antemão percebemos alguns avanços, mas que outrora era inexistente ou segregadora.

Na segunda parte, **“Traçando os caminhos da educação da pessoas surda”**, nos importamos em apresentar importantes marcos históricos que deram início a defesa e implementação de uma educação que tornasse possível o acesso de pessoas com surdez na mesma, também discutiremos sobre as políticas públicas elaboradas no Brasil, principalmente no estado da Paraíba, enfatizando na legislação da educação, que atente para um sistema educacional inclusivo.

Em um terceiro capítulo, **“Ambientes escolares voltados à educação de surdos”**, discutiremos sobre a importância dos ambientes escolares organizados e adaptados para uma boa formação educacional para pessoas com surdez. Sabemos que são exigências impostas pela legislação educacional para que os(as) alunos(as) com surdez consigam frequentar e permanecer na escola, garantindo assim o aprendizado destes.

Partindo dessa ideia, essa pesquisa é de caráter qualitativa, na qual utilizamos a entrevista como meio para coleta de dados e informações, além da historiografia para compreendermos o percurso histórico da educação de surdos na sociedade. Para a análise de dados, baseou-se na análise de conteúdos de Bardin.

Para aperfeiçoar esse trabalho nos baseamos nos escritos e ideias de MANTOAN (2003/2006); DINIZ (2007); FREITAS (2006); DENARI (2006); CIA, BORGES e CHRISTOVAM (2016); CASTRO (2015); MAZZOTTA (2005); SKLIAR (2012), dentre outros(as) autores(as) que abordam a temática da educação especial e inclusiva e educação de surdos. Além disso, também recorreremos à legislação vigente brasileira que regem a educação, e a garantem para todas as pessoas, propondo um currículo, proposta pedagógica e meios de acesso à educação.

Partindo dessa estrutura, através deste trabalho chamamos a atenção para a importância da busca por uma educação que envolva e chegue a todas as pessoas. Também juntamente com outras pesquisas salientar que qualquer pessoa, inclusive pessoas surdas, têm possibilidades de frequentar uma escola, e que a educação pode quebrar barreiras, abrir caminhos e oportunidades, mas é com a união de todos os envolvidos que as mudanças no setor educacional para torná-la mais acessível e de boa qualidade.

2 SURDEZ E EDUCAÇÃO

Conviver em uma sociedade repleta de diferenças, crenças, características, pensamentos e ideologias que se divergem entre si, exige respeito, empatia, e sobretudo meios para que na prática a convivência seja harmoniosa e que nenhuma pessoa esteja desabrigada de seus direitos e as desigualdades sejam de fato extintas.

Conhecer e reconhecer as diferenças, as necessidades, e as dificuldades do outro é de extrema importância, para que possamos, como sociedade, desenvolver meios e mecanismos para uma boa convivência e garantia de direitos de todas as pessoas. Oliveira, Souza e Silva (2019, p. 6) complementam que

Conseguir uma sociedade em que todos convivam com a diversidade, de forma que não haja exclusão com os “outros”, os diferentes, aqueles que não preenchem as expectativas dominantes, é algo que ainda está bem distante da realidade, mas que não deveria acontecer, pois somos os resultados de misturas e adaptações étnicas e culturais.

Durante a história mundial, alguns grupos de pessoas eram privados de direitos, excluídos do convívio em sociedade, marginalizados, tidos como ineficientes à população e até sacrificados. Aquelas pessoas que tinham algum tipo de deficiência, durante muitos anos, principalmente no período da Antiguidade e Idade Média, estiveram excluídas do ambiente social com um todo, pois acreditavam-se que estes eram doentes, loucos e por isso tornaram-se reféns de uma cultura totalmente segregadora e elitista.

Entendemos aqui que deficiência diz respeito a perda ou dificuldade que acarreta uma limitação do indivíduo em suas funções físicas, sensoriais ou intelectuais. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, em seu Artigo 2º, nos confirma que,

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s/p).

Infelizmente, o tratamento oferecido a algumas pessoas era discriminatório até mesmo na forma como eram chamados. Em seus estudos, Debora Diniz (2007), reporta sobre alguns termos que foram surgindo nas definições ao longo dos estudos sobre deficiência e que ainda hoje não há uma concordância quanto a isso. “[...] termos como “pessoa portadora de deficiência”, “pessoas com deficiência”, “pessoas

com necessidades especiais”, e outros agressivos, como “aleijado”, “débil-metal”, “retardado”, “mongolóide”, “manco” e “coxo” [...]” (DINIZ, 2007, p. 20).

As características e crenças das sociedades sempre inabilitou as pessoas com deficiência. Não se pode negar que passos de inclusão e novos olhares já estão surgindo, mas mesmo após vários anos, com todos os avanços e políticas públicas implantadas, ainda é possível encontrar traços de exclusão que muitas vezes impedem essas pessoas de alcançarem seus espaços e direitos.

Esse estudo, portanto, trata de apresentar a história a respeito de uma parcela da população, que há muitos anos tem buscado seu espaço na sociedade, visto que, durante um grande período da história eram privados do convívio social e de condições básicas de vida. Abordaremos a respeito da comunidade surda no ambiente educacional, que tem buscado mais espaço e garantia desse acesso de forma concreta e eficiente.

Como destacado anteriormente, durante um grande período, uma deficiência era suficiente para excluir uma pessoa de suas relações sociais e até familiares. Durante anos, os sujeitos surdos foram rejeitados pela sociedade, considerados inaptos às funções no meio social, privados de direitos e atividades, sendo isolados e até mesmo não tendo acesso à educação, pois acreditava-se que estes eram doentes ou anormais.

Nessa época não existiam apoio para pessoas surdas, as mesmas eram tratadas com desprezo, sem assistência alguma. Quanto à educação, praticamente não existia, já que não tinham espaço na sociedade, ou eram tidos como incapazes. Ademais, também inexisteriam escolas ou espaços de apoio educacional. Conforme afirma Skliar (2012, p.7),

[...]Foram mais de cem anos de práticas de tentativas de correção, normalização e de violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

A história da comunidade surda é muita longa, com um grande histórico de lutas pelo seu reconhecimento, lutas essas, que vão desde a ruptura de ideias que, por exemplo, veem o surdo como uma pessoa incapaz de conviver e executar funções em sociedade, até mesmo o acesso à educação de qualidade e adequada por parte destes. Uma busca incessante por projetos políticos inclusivos, respeito, aceitação de

sua forma de comunicação através da língua de sinais, entre outros. Para Perlin (2012, p.71)

A formulação comum de uma série de objetivos e estratégias de ação, na perspectiva surda, focaliza a perspectiva de uma sociedade na qual os surdos são cidadãos normais e em que a justiça social se concretiza na resistência a todas as formas de discriminação e exclusões sociais.

A surdez diz respeito a perda total ou parcial da possibilidade de ouvir, desde simples ruídos até mesmo barulhos mais intensos, existindo vários níveis de perda, pois em algumas situações o indivíduo tem apenas dificuldade de percepção de alguns sons. Por isso, há de certa forma uma diferença entre a surdez e deficiência auditiva, enquanto a surdez é mais profunda e ausência total da audição, a deficiência auditiva por sua vez diz respeito a perda parcial da detecção dos sons e ruídos, podendo ocorrer em apenas um ou ambos os ouvidos.

Destacamos aqui a variabilidade ou grau da deficiência, muitas vezes desconhecido por muitos, que são definidos em quatro graus, sendo eles:

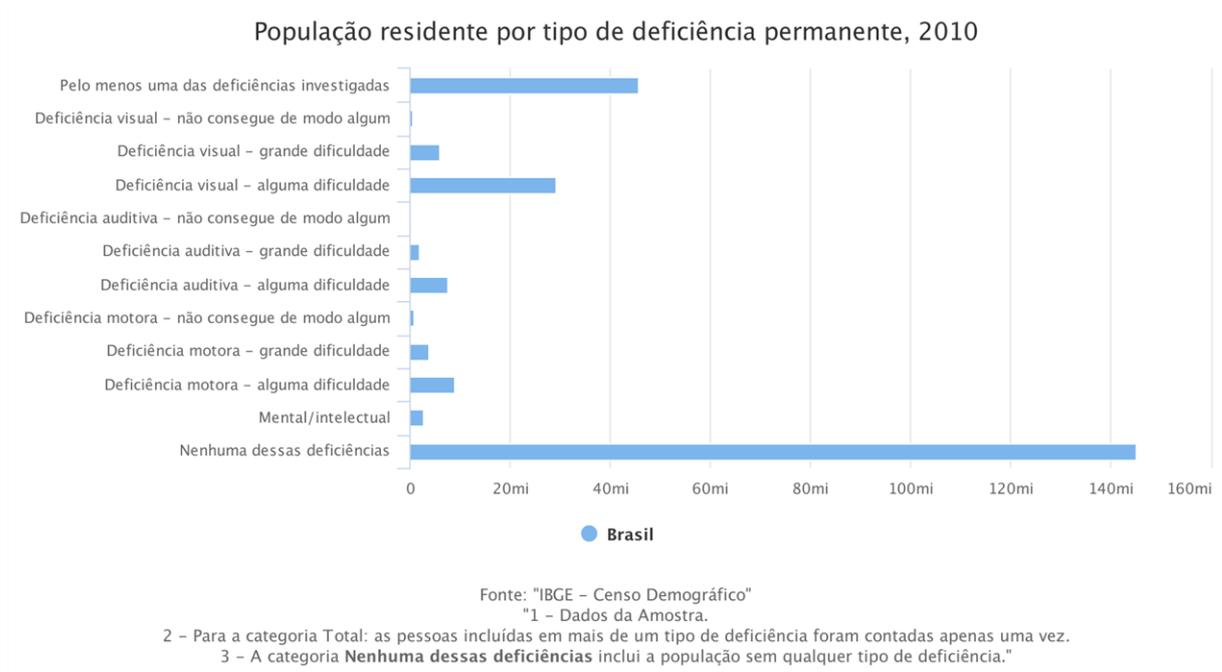
- **Perda de audição de grau leve:** onde a pessoa detecta sons entre 26 e 40 decibéis (dB). Nesses casos, há uma certa dificuldade em entender o que a outra pessoa está falando ou em ouvir sons baixos.
- **Perda de audição moderada:** ou também conhecida como moderadamente severa, a pessoa detecta sons entre 41 e 69 dB, onde seguir uma conversa apenas com a audição torna-se mais difícil, sendo necessário o auxílio de um aparelho auditivo. A comunicação fica mais limitada, pois é mais difícil a percepção, por exemplo, de uma fala em um tom de voz natural. São sons audíveis para essas pessoas, um choro de criança ou um aspirador de pó em funcionamento.
- **Perda de audição severa:** nesses casos, detecta-se sons entre 70 e 90 dB. Uma pessoa com esse grau de perda de audição pouco percebe os sons do ambiente, não consegue compreender a fala e faz uso da leitura labial (no caso de surdos oralizados) e/ou linguagem de sinais para manter a comunicação.
- **Perda de audição profunda:** esta sendo mais grave, são detectados sons a partir de 90 dB, algumas pessoas não conseguem ouvir nada, a aquisição da linguagem pode ser atrasada ou não acontecer. A comunicação é feita através de leitura labial, linguagem de sinais, leitura e escrita. Alguns casos são necessários o implante coclear.

As causas da perda de audição são várias, desde problemas com a mãe durante a gestação, ou até mesmo fatores que ocorrem ao longo da vida, como infecções. Para diagnosticar e detectar o grau da perda de audição, é realizado procedimentos por profissionais especializados na área de Fonoaudiologia. Mesmo após a detecção de perda de audição, algumas “soluções” são possíveis, como o uso de aparelhos auditivos, próteses e implante coclear.

Importante destacar que, algumas pessoas surdas são oralizadas, assim, durante a vida, conseguem por exemplo, se comunicar através da leitura labial, tornando mais fácil e compreensível a comunicação entre o surdo e o ouvinte.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do Censo de 2010, cerca de 24% da população brasileira declara ter alguma dificuldade ou deficiência, correspondendo a aproximadamente 46 milhões de pessoas. Mais de 7 milhões de pessoas declaram ter alguma dificuldade em relação a deficiência auditiva. A seguir o gráfico apresenta mais detalhadamente a estatística de pessoas brasileiras declarados com algum tipo de deficiência, onde podemos confirmar esses dados.

Gráfico 1: População brasileira declarada com algum tipo de deficiência.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ao compreendermos que os sujeitos surdos também têm seu espaço, torna-se possível a abertura para novos horizontes, novas possibilidades, e sobretudo a garantia de seus direitos enquanto sujeitos pertencentes da sociedade como qualquer outra pessoa. Quando se trata de garantia dos direitos do cidadão, o acesso à educação é primordial, e interessa-nos abordar aqui todo o processo de uma história de lutas e avanços para que este benefício seja garantido de uma forma eficiente.

A inserção de pessoas com alguma necessidade básica especial no meio social, desde a antiguidade, tem sido um dos desafios enfrentados por essa comunidade, tendo que romper com a falta de empatia, falta de acessibilidade, o desrespeito e muitas vezes a falta de visibilidade por meio da sociedade. Ao reportar ao âmbito educacional, a história muito se assemelha, quando diz haver uma política de inclusão, mas que na realidade, ainda continua com uma prática excludente.

Quando relatamos sobre os mais variados problemas encontrados no meio educacional especial e inclusivo, mesmo diante de várias mudanças, ainda se perpetua a ideia de que a educação inclusiva se resume apenas a matrículas de um aluno com necessidades educativas especiais em uma escola regular. Também persiste a “confusão” entre a educação especial e a perspectiva da educação inclusiva, onde muitos a consideram como os mesmos objetivos.

Mas compreendemos que tudo envolve um processo, e nesse caso é preciso que haja também uma desconstrução de pensamento e ideias que ainda propagam de certa forma o preconceito enraizado na sociedade, principalmente no meio escolar. Mantoan (2006, p. 197) diz que, “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam na direção de uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”.

3 TRAÇANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA

3.1 Trajetória da educação de surdos no Brasil

A educação, de maneira geral, nem sempre foi inclusiva, sendo permeada por diversos avanços e transformações históricas ao longo dos anos, mas não se pode negar que houveram momentos discriminatórios, e não poucos, vivenciados pelas pessoas com alguma necessidade especial. Conforme fala Freitas (2006, p.162)

Percorrendo os diferentes períodos da história universal, desde os mais remotos, evidenciam-se teorias e práticas segregadoras, inclusive quanto ao acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se produziam e transmitiam conhecimentos. [...] Um longo caminho tem sido percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar/social.

Durante muito tempo predominou-se o discurso de que a condição de pessoas com alguma necessidade especial ou diferenciada estaria ligada a questões médicas, impossibilitando-os de frequentarem lugares sociais e até mesmo acreditando que estas pessoas eram doentes. Como já destacado, esses seriam motivos suficientes, na época, para “descartar” as pessoas da sociedade.

De início, os atendimentos educacionais, eram ofertados sobretudo por instituições de iniciativa privada, caracterizado como sendo uma assistência à estas, não havia preocupação com essa população, sendo tratados como “anormais” ou “doentes”, consequência do tratamento preconceituoso e excludente por parte da sociedade para com essas pessoas. Ferreira (2006, p. 86. grifo nosso) diz,

A educação especial brasileira concentrou-se, até os anos 1960, em iniciativas mais localizadas e, no âmbito escolar, bastante restritas às instituições especializadas, públicas ou, **principalmente, privadas**. As classes especiais já existiam em algumas redes públicas, mas não de forma expressiva, e acompanhavam, lentamente, a expansão do ensino primário e de seus problemas, tal como o fracasso escolar nas séries iniciais.

Ao longo dos anos diversas modificações e políticas públicas foram criadas e adotadas, de forma a incluir nos ambientes educacionais, pessoas com alguma necessidade educativa especial, mesmo ainda apresentando falhas e lacunas, que por vezes não garantem a aprendizagem adequada deste público-alvo.

Numa abordagem da educação inclusiva, focalizando na educação de sujeitos surdos, a história é marcada por uma evolução gradativa, com o surgimento de oportunidades, superação, desafios enfrentados, mas também por crises, rejeições, preconceitos e segregação.

A educação dos sujeitos, de modo geral, por muito tempo sofreu diversos embates, estes, causando retrocessos. Se tratando de pessoas surdas, sempre foi mais difícil o acesso à educação, até mesmo após o reconhecimento destes cidadãos, sobretudo, do sistema gestual (linguagem de sinais), considerada até então, como forma de comunicação e instrução dos sujeitos surdos. Em oposição a essa ideia e forma de comunicação, ocorreram movimentos, a exemplo do Congresso de Milão, em 1880. Nesse período, práticas oralistas se opunham às gestualistas, considerando estas, ineficientes e ineficazes.

O Congresso Internacional de Educadores de Surdos, ocorrido em Milão, no ano de 1880, trouxe à tona um debate polêmico, gerando um conflito entre os defensores do oralismo e da língua de sinais. Vale lembrar que esses educadores eram em quase sua totalidade ouvintes, considerando que o oralismo era mais eficaz na educação de surdos, fazendo-os submeterem às práticas e métodos oralistas, abandonando sua cultura e identidade surda.

No Brasil, a educação de surdos teve início no período do Império, com a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, hoje, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no dia 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Ernest Huet, a convite do então imperador, Dom Pedro II.

Destacamos aqui que nessa época, não houveram grandes ações concretas por parte do Estado a fim de fornecer atendimento adequado que abrangesse toda essa comunidade, por isso, tiveram mais ênfase, as iniciativas privadas, através da sociedade civil. Nesse período também, foram criadas as Sociedades Pestalozzi, na qual em 1926, teve sua primeira instituição fundada no Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover a assistência social, educacional e outras ações voltadas para pessoas com deficiência no país.

É fundada também, algumas décadas a frente, no ano de 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro, com o intuito de promover a assistência devida às pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltiplas, visto que, na época, o Estado era ineficiente no que diz respeito a prestação de serviços a estes indivíduos.

A partir de então, o Estado começa a intervir e investir em ações mais efetivas para uma educação que englobe a toda e qualquer pessoa, mediante medidas oficiais nacionais que iam surgindo, investindo inicialmente, com maior frequência na criação de campanhas voltadas ao público de pessoas surdas.

A primeira campanha a ser instituída, tinha a comunidade de pessoas surdas como alvo, foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), através do Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, sendo instalada no Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES. De acordo com Mazzotta (2005, p.49) a campanha, “tinha por finalidade promover, por todos os meios ao seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o Território Nacional”.

No Brasil, existem diversas portarias, decretos, leis, que dispõem sobre a educação e acesso a esta, por parte das pessoas com alguma necessidade educativa especial. Importante lembrar, que alguns desses documentos não tem mais validade, visto que, já foram substituídos posteriormente por outros textos aprovados, a exemplo, das Leis nº 4.024/61 e nº 5.692/71.

A Lei nº 4.024 de 1961, dispunha em seus Artigos nº 88 e 89 a respeito da Educação de “Excepcionais”, que tratava da educação dessas pessoas a fim de integrá-las na comunidade. Destacamos aqui que “excepcionais” não se enquadra mais nos termos utilizados para essas pessoas, estando em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

Na Constituição Federal do Brasil, de 1988, maior lei do país em vigência, em seu Artigo 205 (1988), nos afirma que a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família, a fim de promover o desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo e qualificação. Assim sendo, é garantido o acesso e direito à educação de pessoas com alguma necessidade educativa especial, cabendo ao Estado fornecer uma educação de qualidade e acessível a todos.

A década de 1990 pode ser considerada como um divisor de águas no que diz respeito ao acesso de pessoas com alguma necessidade educativa especial à educação. A inclusão escolar e social teve mais ênfase e fizeram surgir movimentos e políticas públicas em favor de uma verdadeira inclusão, principalmente na educação.

Em favor de uma educação inclusiva, para uma nova visão a respeito das pessoas com alguma necessidade especial, em 1994, na Espanha, foi promovida a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, resultando em um dos documentos mais importantes referentes à educação inclusiva mundial, a Declaração de Salamanca, este, um norteador para uma educação inclusiva de qualidade a todos os sujeitos.

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que rege a educação nacional até a atualidade, em seu Art. 59, diz que

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:[...]

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; [...] (BRASIL, 1996, s/p)

Nessa lei, podemos perceber e destacar que além de garantir uma matrícula desse público nas escolas regulares, também é necessário que o currículo, o ambiente físico, os métodos, metodologias de ensino, a formação profissional. Tudo que engloba o espaço escolar precisa ser adaptável de forma que atenda todas as necessidades de TODOS os(as) alunos(as), para que conseqüentemente haja um desenvolvimento significativo.

Importante também incluir nessa lista de leis, normas e instituições relativas à educação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que reforça outros documentos já citados, onde garante à criança e adolescente com algum tipo de deficiência, entre outras coisas, o “atendimento especializado”, bem como o fornecimento gratuito de medicamentos e outros recursos para o tratamento e/ou reabilitação. Quanto à educação, dispõe que é um dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo de responsabilidade da família, matriculá-los nas instituições de ensino.

Iniciando o século XXI, no ano de 2000 é institucionalizada a Lei nº 10.098, conhecida como a Lei da Acessibilidade, que estabelece normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com alguma necessidade especial ou com mobilidade reduzida. Estabelece princípios de forma a quebrar barreiras que impeçam a autonomia das pessoas com alguma deficiência ou dificuldade de mobilidade, em todos os espaços.

De forma a efetivar o acesso, a permanência de pessoas surdas no ambiente escolar, e conseqüentemente, garantir o ensino e aprendizagem de qualidade para

esses sujeitos, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, foram essenciais na garantia desses direitos.

Sendo assim, para garantir uma educação de qualidade a todos, atendendo às suas necessidades educacionais especiais, principalmente a comunicação, é criada a Lei nº 10.436/2002, no dia 24 de abril de 2002, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como instrumento oficial de comunicação e instrução utilizada pela comunidade surda. No Art. 1º da Lei nº10.436, diz que,

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, s/p)

Regulamentando a Lei nº10.436, no ano de 2005, é assinado o Decreto nº5.626, que diz respeito à formação de profissionais para atuarem na educação dos sujeitos surdos. A formação desses profissionais é de grande importância, tendo em vista que a interação de professor e aluno, é primordial no processo de aprendizagem e desenvolvimento educacional.

Em seu capítulo II, no Art.3º, diz respeito a inclusão da LIBRAS como componente curricular nos cursos de formação de professores. Assim também, este Decreto, possibilitou a formação de docentes e instrutores capacitados ao ensino da LIBRAS. Importante destacar, que esse documento garante a LIBRAS como primeira língua a ser utilizada e aprendida pelos sujeitos surdos e a Língua Portuguesa, como segunda língua.

No ano de 2015 é aprovada a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta, dispõe no Cap. IV, sobre o Direito à Educação, assegurando dentre outras coisas, o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, bem como o dever do Estado, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência. É garantido também, o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica com iguais oportunidades e condições das demais pessoas.

Ao longo dos anos, diversas leis e movimentos foram surgindo com o intuito de apoiar e garantir que pessoas com dificuldades auditivas tenham o acesso a uma educação de qualidade e atendimento específico necessário. É fato que na realidade,

a comunidade surda, por se tratar de um grupo minoritário, ainda sofre com um sistema de educação precário e ineficiente, além do desrespeito e falta de visibilização por meio da sociedade, que se arrasta a anos.

Importante destacar que é imprescindível o conhecimento de tudo que envolve a educação inclusiva e seu público alvo, para assim ofertar uma educação de qualidade a estes. Na opinião de Denari (2006, p. 39), “[...] na formação do professor seria importante prever, inicialmente, um preparo de efetiva qualidade para lidar com a diversidade, além de (in)formação específica em educação especial, [...] para prover os apoios pedagógicos previstos na legislação”.

3.2 O que diz a legislação da Paraíba em relação à educação especial e inclusiva/ educação de surdos

O poder público tem a missão e obrigação de prover meios para o desenvolvimento da sociedade em todas as esferas, principalmente na educação, garantindo o acesso e permanência de qualquer cidadão à educação. No estado da Paraíba a legislação de certa forma caminha em concordância com as leis nacionais, quando se trata das questões educacionais, principalmente a educação especial.

As ações e medidas em relação à educação estadual, são elaboradas e realizadas pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba. Entre as finalidades deste, está a elaboração do Plano Estadual de Educação, e em parceria com a Secretaria de Educação, elaborar mecanismos e aperfeiçoar a legislação de forma a garantir uma educação de qualidade a toda a Paraíba. (PARAÍBA, 2005)

Sendo assim, no ano de 2013, através da Resolução nº 080, o Conselho Estadual de Educação estabelece a criação do centro de atendimento especializado (CAE), de forma que assegurem o acesso a um sistema educacional inclusivo, onde estes ofereçam assistência e auxílio educacional ao público de pessoas com necessidades educativas especiais, mas que estas atividades não substituam ou comprometam o acesso à escolarização no ensino regular.

O CAE funciona como apoio educacional, composto por uma equipe com profissionais desde da educação até mesmo da saúde, habilitados e especializados na área de Educação Especial. Conforme explica a Resolução nº 080/2013, no Artigo 3º

Art. 3º - O CAE deverá estabelecer a interface com as escolas do ensino regular, notadamente, com os gestores e professores da sala de aula comum, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e a

aprendizagem dos alunos em igualdade e condições com os demais alunos (PARAÍBA, 2013, s/p).

Diante disso, a Resolução nº 284 do ano de 2016, institui diretrizes estaduais para a educação especial na educação básica no estado, e revogando assim a Resolução anteriormente abordada, garantindo legalmente que esta estivesse assegurando o acompanhamento, apoio, recursos e serviços educacionais para as pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, e quando fosse necessário substituísse essa modalidade.

Através desta resolução também é delimitado as ações e atividades a serem desempenhadas pela FUNAD, a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência, órgão vinculado ao governo estadual destinado a atendimentos de habilitação e reabilitação de pessoas com qualquer deficiência.

Para fortalecer o acesso de pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida nas dependências físicas de ensino regular, no ano de 2007 por meio da Resolução nº 298, institui normas de forma que estes estabelecimentos de ensino atendam as condições mínimas necessárias de infraestrutura, permitindo assim a acessibilidade as pessoas nos espaços educacionais. Essas exigências são estabelecidas para todas as instituições de ensino do estado, sejam elas públicas ou privadas.

Entre as mais recentes propostas para a educação no estado da Paraíba é desenvolvido o Plano Estadual de Educação da Paraíba, através da Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015, com diretrizes a serem seguidas e metas a serem atingidas entre os anos de 2015 a 2025, para uma educação com condições necessárias para estar disponível a todas as pessoas.

Em relação à educação especial, no Artigo nº 8 está disposto que, "Para garantia da equidade educacional, o Estado deverá considerar o atendimento às necessidades específicas da educação especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades da educação" (PARAÍBA, 2015, s/p). Sendo assim, a proposta é de desenvolver uma educação que alcance a todos independente de suas necessidades ou diferenças.

3.3 Escolarização da pessoa com surdez

A educação de pessoas com surdez está em discussão há muitas décadas, diante de embates entre as ideias defendidas por gestualistas e oralistas, em que se

coloca em questão a forma como é oferecido e desenvolvido o processo educacional a esse público. Essas questões têm sido alvo e objetivos de pesquisas, discussões e políticas públicas em favor de/para uma educação dessas pessoas, no ensino privado ou público.

Diante dessas discussões, surgem várias concepções com abordagens diferentes para a educação de pessoas com surdez, defendidas por gestualistas e pelos oralistas. São propostas que se divergem entre si, defendem tanto a inclusão desses alunos no ensino regular, quanto em salas e escolas especializadas.

Dentre essas concepções, se destacam três maiores que traçam propostas de uma educação para as pessoas com surdez. Alvez (2010, p.7), reforça que “Historicamente as concepções desenvolvidas sobre a educação de pessoas com surdez se fundamentaram em três abordagens diferentes: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo.”

A concepção oralista traz uma proposta para a pessoa com surdez, de conhecer e desenvolver a língua da comunidade ouvinte, de maneira oral. Assim se utilizam da voz, leitura labial e/ou leitura e escrita para se comunicarem com as demais pessoas, tanto nos ambientes escolares como na sociedade em geral. Conforme sustenta Cavalcante (2017, p. 157)

Sobre a primeira concepção teórica, o oralismo, as pesquisas criticam veementemente essa visão, que sustenta a educação de surdos no modelo médico. Essa concepção percebe a surdez como patologia, deficiência, centrando as intervenções e até mesmo a prática no ambiente escolar, na reabilitação, por meio de treinos auditivos, implantação de aparelhos, implantes e treinamentos fono-articulatórios.

Nessa abordagem, métodos extremamente segregadores eram tomados de forma a fazer com que o surdo falasse como se fosse um ouvinte, através de treinamentos da fala, e até acompanhamento médico especializado, para que ocorresse o desenvolvimento da oralidade em indivíduos surdos.

Esta concepção não traz tantos benefícios ou resultados satisfatórios, porque de certa forma, normaliza as diferenças e necessidades educativas, omitindo a língua de sinais e assim acarretando o fracasso escolar desses alunos. Omitir ou desconsiderar o outro não são alternativas que visem uma inclusão, mas que continuam segregando ou diminuindo as possibilidades de avanço desses alunos. Capovilla (2000 s/p, *apud* Barros e Alves, 2019, p.8) confirma-nos que

Como consequência do método oralista aplicado as escolas, houve rebaixamento significativo nas habilidades cognitivas do surdo. E apesar das intenções não se pode dizer que o método oralista foi eficaz quanto ao alcance dos seus objetivos no que concerne ao desenvolvimento da fala, leitura e escrita.

A outra vertente defendida para a comunicação das pessoas com surdez, é a chamada comunicação total. Esta concepção embora considere essas pessoas em sua naturalidade, trata-se do uso de variadas formas para o desenvolvimento da comunicação do sujeito surdo, permitindo a utilização da língua de sinais juntamente com a língua oral, utilizada pela comunidade ouvinte.

Esta abordagem embora utilize da língua de sinais, meio de comunicação usada pelas pessoas com surdez, ainda assim de certa forma não traz tantos benefícios para essas pessoas, pois quando utilizadas em “parceria” com a linguagem oral, apresenta dificuldades na comunicação, tendo em vista que são duas línguas diferentes, que têm suas estruturas, formações e especificidades próprias. Além disso, a língua de sinais utiliza os recursos visual e gestual, enquanto que a linguagem oral faz uso da oralidade e canal auditivo, tornando difícil uma comunicação mais concreta entre surdos e ouvintes. Em conformidade, Alvez (2010, p. 7) diz que

Os resultados obtidos com esta concepção são questionáveis quando observamos as pessoas com surdez frente aos desafios da vida cotidiana. A linguagem gestual, visual, os textos orais, os textos escritos e as interações sociais pareciam não possibilitar um desenvolvimento satisfatório e esses alunos continuavam segregados, permanecendo em seus guetos, ou seja, marginalizados, excluídos do contexto maior da sociedade.

Portanto, mesmo que essa proposta em tese tenha o propósito de desenvolver uma educação que abranja pessoas com surdez, a falta de legitimação e reconhecimento da língua de sinais como o principal meio de comunicação e primeira língua a ser aprendida pela comunidade surda, pode gerar mais problemas e dificuldades no desenvolvimento e aprendizagem do sujeito.

Uma terceira vertente na educação de pessoas com surdez é o bilinguismo, que propõe a educação e capacitação de alunos surdos para a utilização tanto da língua de sinais quanto da língua da comunidade ouvinte, mas considerando a linguagem de sinais como a principal para essas pessoas no seu desenvolvimento educacional e social.

O bilinguismo atende a uma demanda dos sujeitos surdos quando busca e visa promover o conhecimento e desenvolvimento da língua de sinais no ambiente escolar. Inicialmente é promovido a aquisição da língua de sinais e posteriormente a língua

utilizada pelos ouvintes no país/comunidade, na modalidade escrita, e quando for possível na modalidade oral.

Isso se deve porque através da língua de sinais, o aluno com surdez tem mais facilidade na comunicação e aprendizagem, além disso, pode ajudar no desenvolvimento social e cognitivo destes. Nesse processo de desenvolvimento educacional, é importante também o apoio de toda a comunidade escolar juntamente com a família. É preciso que toda a escola seja adaptável e flexível para que haja êxito no dia a dia e maior interação entre os sujeitos. A família torna-se um importante aliado nessa interação, sendo necessário que estes também aprendam a língua de sinais de forma a auxiliarem essas pessoas na interação com o ambiente escolar.

Além disso, a aprendizagem de outra língua pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e social, na estruturação do pensamento do aluno com surdez. Segundo BRASIL (2006, p.22):

É importante perceber que o aprendizado de outra língua possibilita o fortalecimento das estruturas linguísticas, favorece o desenvolvimento cognitivo e alarga os horizontes mentais, ampliando o pensamento criativo, além de permitir um acesso maior à comunicação.

A língua de sinais tem grande importância no meio social, capaz de fortalecer as relações entre as pessoas. A língua de sinais utiliza do canal visual e espacial, tendo suas estruturações próprias e variando entre os países. Não são universais, pois possuem símbolos, gestos e características próprias que na sua maioria variam de região para região.

A língua de sinais foi criada e desenvolvida pelo abade francês Charles Michel de L'Épée, por volta do século XVIII, este sendo também considerado o pai da educação de surdos no mundo, e fundador da primeira escola de pessoas com deficiência auditiva e/ou surdez. Ele desenvolveu um sistema de sinais voltado para a alfabetização de crianças surdas, visto que não havia um método adequado e eficiente para a educação e comunicação de pessoas com surdez na época.

No Brasil, a língua de sinais é conhecida como LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), reconhecida pela Lei nº 10.436 de 22 de abril de 2002. Essa importante lei, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como instrumento de comunicação e expressão entre os sujeitos surdos. Assim também, tornava obrigatório o ensino da LIBRAS nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia, estando presente nas grades curriculares desses cursos.

No ano de 2005, o Decreto nº 5.656/05 regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), visando a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino, bem como a inserção da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e também o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua aos alunos surdos, e organização bilíngue na rede regular de ensino.

A LIBRAS possui combinações e gestos realizados pelas mãos, que em apoio com expressões faciais, pontos de articulação, movimento, se articulam entre si para que possa definir e gerar meios para comunicação entre surdos e ouvintes e promover a interação entre os indivíduos. Por isso a importância do conhecimento da LIBRAS, porque não são apenas gestos, ela possui uma estrutura gramatical e uma carga cultural e histórica própria que facilita a comunicação.

Outra importante política pública implementada no país para a educação de estudantes com surdez (ou com necessidades educativas no geral) é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este oferece o auxílio e reforço na educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, de forma que seja fortalecida a capacidade de aprender e o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Alvez (2010, p. 9) entende que

O AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumento de interlocução e de diálogo.

Portanto, as atividades desenvolvidas no AEE devem ser articuladas em conjunto com as atividades da sala de aula regular, funcionando como um reforço e aprimoramento da aprendizagem no ensino regular, com metodologias adequadas, materiais adaptados a realidade do(a) aluno(a), e principalmente com profissionais especializados, de forma que auxiliem no desenvolvimento das competências educacionais e intelectuais do(a) aluno(a) que precise de atendimentos educacionais especializados.

O AEE está disposto nos dispositivos legais da educação brasileira, onde garantem uma educação bilíngue para os(as) alunos(as) com surdez, em sua trajetória escolar. O Decreto nº 6.571/08, apresenta as diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, sejam elas públicas ou

privadas. Esse decreto é revogado e alterado em 2011 através do Decreto nº 7.611, onde está disposto que

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, s/p).

O Atendimento Educacional Especializado para os(as) alunos(as) com surdez se desenvolve em três momentos didáticos-pedagógicos, segundo Alvez (2010), sendo eles:

- **Atendimento Educacional Especializado em LIBRAS:** todos os conteúdos ministrados em sala de aula devem ser repassados para esses alunos(as) em LIBRAS, por um professor especializado, que tenha o domínio dessa língua, visto que nessa perspectiva, a língua de sinais é a principal na comunicação e interação entre os sujeitos surdos e ouvintes, para que os mesmos compreendam o que está sendo apresentado em sala. De acordo com Alvez (2010, p. 12)

Trata-se de um trabalho complementar ao que está sendo estudado na sala de aula, de uma exploração do conteúdo, em Libras; em que o professor de AEE retoma as idéias essenciais, avaliando durante o processo o plano de atendimento do aluno com surdez.

- **Atendimento Educacional Especializado para o ensino de LIBRAS:** visa o ensino da língua de sinais brasileira, que é o principal instrumento de comunicação da comunidade surda. Portanto, os(as) alunos(as) com surdez terão aulas de LIBRAS para conhecer e adquirir os termos técnicos, sinais, expressões, por um professor que tenha conhecimento e fluência em LIBRAS.
- **Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Língua Portuguesa:** orientada na proposta da educação bilíngue, são trabalhadas todas as especificidades e características da Língua Portuguesa para as pessoas com surdez. Esses estudos são realizados por um professor

especializado em Língua Portuguesa, sempre em conjunto com o professor ou instrutor de LIBRAS.

Mas para que a inclusão de fato aconteça, principalmente no âmbito educacional, diversos fatores precisam ser postos em ação, havendo uma concordância entre a legislação e a prática, de forma que prevaleça o discurso e uma educação que insiram pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares; seja visto também no dia a dia da sociedade, dos ambientes educativos, não havendo restrição alguma para qualquer pessoa, gerando oportunidades de aprendizagem adequada para todos e sobretudo prevalecendo o respeito ao outro. Mantoan (2003, p.12) acrescenta que

a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

Muito tempo depois, as concepções a respeito do sujeito surdo foram mudadas, e logo passam a ser vistos como cidadãos, com direitos e deveres, participantes da sociedade, capazes de exercerem funções no meio social, podendo frequentar ambientes que outrora era impossível, principalmente o ambiente escolar.

É fato que a educação para surdos ainda se configura como um grande desafio. Apesar dos avanços, o preconceito ainda enraizado na sociedade, muitas vezes limita a educação ofertada à essa comunidade, deixando lacunas que impedem o avanço tanto de políticas educacionais, quanto do próprio conhecimento dessas pessoas.

Por isso é necessário o empenho de todos nessa jornada, para que de fato qualquer pessoa tenha acesso à educação, e de qualidade, sendo respeitados seus direitos, suas diferenças, seu tempo de aprendizagem, sem que haja desmerecimento e exclusão de qualquer sujeito na sociedade, principalmente no ambiente educacional, visto que o acesso a este é garantido por lei a qualquer cidadão. Costa e Santos (2018, p. 295) afirmam:

Cabe à escola e aos órgãos gestores desenvolver métodos e estratégias que garantam não só o acesso ao ambiente educacional, como também o acesso aos conteúdos curriculares, de modo que alunos com deficiência compreendam e aprendam, com possibilidades de interações com os pares e vivências de novas experiências, a fim de complementar o contexto e a leitura de mundo dos alunos.

4 AMBIENTES ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO DE SURDOS

4.1 Instituições de apoio e educação de surdos

Sabemos que a educação de pessoas surdas no Brasil, teve início na época do Império com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES. Com o passar dos anos, algumas mudanças e aperfeiçoamento na legislação brasileira foram ocorrendo de forma a beneficiar e abranger esse público. Também houve a criação de outros espaços educacionais para fomentar o acesso à educação das pessoas com surdez no país.

As classes especiais surgiram como forma de inserir alunos(as) com necessidades educativas especiais na educação. Outras instituições também foram desenvolvidas para trabalhar ou auxiliar no processo educacional e social da pessoa com surdez. As chamadas escolas especiais, têm uma importante função, onde atendem não somente as necessidades de pessoas surdas, mas abrangendo também pessoas com demais deficiências. Ferreira (2006, p.86) diz que

A educação especial brasileira concentrou-se, até os anos 1960, em iniciativas mais localizadas e, no âmbito escolar, bastante restritas às instituições especializadas, públicas ou, principalmente, privadas. As classes especiais já existiam em algumas redes públicas, mas não de forma expressiva [...]

Essas instituições atualmente, recebem algumas críticas frente ao discurso da educação inclusiva, por não estão totalmente adequadas a proposta da inclusão escolar e sim a integração escolar, visto que o que se pretende na educação inclusiva é a inserção dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais no ensino regular, onde a escola se adapta as necessidades do aluno, sustentando que estes são capazes de conviver e dividir os espaços educacionais com outros alunos e sociedade em geral. Quanto a isso, na opinião de Mazzotta (2005, p.127)

[...] Deve-se atentar para não se incorrer no equívoco de simplesmente desacreditar e desativar serviços educacionais [...]. Duramente conquistados, principalmente pelos movimentos conduzidos por grupos de pais, tais recursos precisam ter seu valor e importância devidamente dimensionados. Nem figurarem como prioridade da ação governamental, meramente por tradição, tampouco serem sumariamente levados à extinção, por julgamentos apressados.

Há também as instituições filantrópicas que fazem um papel de auxiliar na educação de pessoas com necessidades educativas especiais, principalmente aos sujeitos com surdez, desenvolvendo atividades educacionais para o fortalecimento da aprendizagem e até mesmo como um suporte para a educação dessas pessoas.

4.2 Educação especial x educação inclusiva

O processo de adequação do meio educacional para que todas as pessoas tenham acesso a escolarização, vem apresentando constantes mudanças e projetos para que possam atender aqueles que sentem o desejo de adentrar os ambientes educacionais e adquirir conhecimentos através da educação.

A educação que visa atender também alunos com necessidades educativas especiais, durante anos vem se remodelando para que possa atender as exigências e oferecer condições básicas para que a aprendizagem destes, seja eficaz e satisfatória e não apenas insira-os na escola, mas que a escola cumpra o exposto nos documentos da legislação e a proposta pedagógica educacional. É sabido que a educação passou por várias fases até que evidenciasse a inclusão proposta nos dias atuais.

A educação inicialmente era totalmente segregadora, tendo em vista que era pautada em uma proposta que atendesse apenas aqueles oriundos de famílias de classe mais ricas. E se tratando daqueles com necessidades especiais, sequer tinham a oportunidade de frequentar ambientes escolares, pois eram excluídos do convívio social, não tinham direitos e até mesmo em alguns casos tinham suas vidas ceifadas, diante de uma política de vida extremamente preconceituosa e elitista. De acordo com Orrú (2017, p. 28) [...] “São os marginalizados, esquecidos, invisíveis”.

Com o passar dos anos e diante de novas políticas de garantia de direitos aos sujeitos, a educação especial emana com um novo ideal e com a necessidade de uma proposta para as pessoas com necessidades especiais, de forma que tenham a oportunidade de participar e socializar nas escolas, e assim, colocando em prática o direito à educação estabelecido na legislação.

É nesse processo que surgem as escolas especiais, como forma de atender especificamente às pessoas com necessidades educacionais especiais. Portanto, a proposta “especial” visa uma escola, professores, materiais, espaço para apenas atender o público alvo da educação especial. Não havia interação com as demais pessoas ou com ambientes educacionais regulares.

Depois começa a se pensar na integração do público alvo da educação especial aos ambientes educacionais regulares. Diante de novos ideais que foram surgindo, a educação especial traz uma proposta de integrar as pessoas com necessidades educativas especiais no meio educacional. Assim, estes alunos seriam “aceitos” nas

escolas regulares, quando fosse possível a adaptação destes nesses espaços. Conforme exposto por Mantoan (2003, p. 15)

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

Portanto, foi um processo em que os alunos com necessidades educacionais especiais, na medida que conseguiam, teriam acesso às classes regulares, ou eram colocados para as classes especiais, com materiais e currículos adaptados. Na verdade, a escola pouco se adaptava, eram os alunos que precisavam se adequar ao que esta instituição propunha (Mantoan,2003).

Já a partir da década de 90, uma nova proposta começa a ser pensada, para que as pessoas com necessidades educacionais especiais pudessem não somente frequentar os espaços de educação regular, mas que também esses ambientes estivessem adaptados e atendessem as condições básicas para que aprendizagem aconteça, respeitando os limites e tempo de cada aluno.

Para isso, é preciso muito além de uma vaga em uma escola, mas que todo um sistema educacional esteja preparado para atender a todos (as) que tenham vontade e necessidade de desfrutar deste. É preciso sobretudo, que a sociedade compreenda que qualquer pessoa tem seu espaço e está acobertado por direitos, inclusive a educação.

Conforme escreveu Silva e Aranha (2005, s/p, *apud*, Cia, Borges e Christovam, 2016, p. 80), “para haver a inclusão é necessária a transformação de um sistema educacional caracterizado pela exclusão e segregação, para outro que se propõe a responder às necessidades educacionais especiais de todos os alunos com qualidade e eficiência [...]”.

Mas para que de fato haja uma inclusão, é preciso que todos estejam dispostos a fazer isso acontecer. Não apenas a escola em si, mas a comunidade, as famílias, funcionários (as), poder público, reconhecendo seu papel e função na construção de uma educação mais justa e igualitária. Essa escola/ educação, como aponta Mantoan (2003, p. 16), “propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

4.3 Organização e adaptação dos ambientes educacionais para o atendimento aos alunos(as) com surdez

Um ambiente que consiga atender as necessidades essenciais de todos os(as) alunos(as) precisam adaptar-se em todas as suas áreas, considerando as mudanças ocorridas constantemente tanto no meio educacional como na sociedade em geral, visando um melhor desenvolvimento e aproveitamento escolar do seu público. Mantoan (2003, p.9) ressalta que

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor.

Portanto, pensar em uma proposta educativa que considere todas as diferenças e tempo de aprendizagem individual de cada aluno(a) se faz necessário para obter-se bons resultados e superação de desafios que muitas vezes impedem o progresso de uma educação sadia e efetiva. Mudanças, adaptações precisam ser feitas, não somente no espaço físico, mas em todos aqueles que fazem uma escola, desde funcionário até mesmo os alunos.

Em relação a formação e organização dos ambientes escolares para o atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais, onde também se enquadra os(as) alunos(as) com surdez, a LDB é nítida quanto ao seu posicionamento, em seu Artigo 59, deixando claro que

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...]
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; [...].
(BRASIL, 1996, s/p)

Sendo assim, nesse processo de aprendizagem/educação de pessoas com surdez, a qual estamos nos reportando na presente pesquisa, precisamos compreender que a escola precisa estar adequada com salas adequadas, dispondo de materiais adaptáveis às necessidades educativas desse(a) aluno(a), onde possam respeitar e obedecer ao tempo e forma de aprender de cada um.

Em consequência dessa necessidade de se ter um ambiente moldado para atender qualquer aluno(a), incluindo aqueles com surdez, o professor precisa também

buscar novos conhecimentos que agregam a sua formação de forma que este atenda e consiga transmitir conhecimentos e gerar experiências significativas para seu alunado, durante sua prática pedagógica. Tardif (2002, p. 177 *apud*, Freitas 2006, p. 169) entende essa formação “extra”

Como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo.

Quando afirmamos que é preciso uma boa formação do docente, não queremos dizer que sua formação inicial não é adequada, mas que o professor precisa está em constante aprendizado e passível de obter novos conhecimentos a fim de melhorar sua prática docente em uma sala heterogênea, repleta de diferentes modos de pensar e aprender.

Como já discutido aqui, a comunidade surda utiliza-se da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como forma de comunicação e expressão na meio social em que vive, assim, nos ambientes escolares, é mais do que necessário que o professor tenha conhecimento dessa língua, visto que facilitará no diálogo e compreensão de seus(as) alunos(as) com surdez.

Quando isso não for possível de forma alguma, a escola precisa dispor de pessoas especializadas em LIBRAS, conhecidos como intérpretes, para que ocorra a mediação e interação entre o(a) aluno(a) com surdez e o professor, bem como com a comunidade escolar em geral.

Materiais didáticos adaptados a necessidade do(a) aluno(a) com surdez também faz parte desse pacote de adaptações, porque muitas vezes a forma como é repassado os conteúdos, não é compreensível para esse público, por isso a importância de instrumentos que facilitem o entendimento sem comprometer a aprendizagem destes. Lembramos que salas de recurso multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, é muito importante para auxiliar na formação desses(as) alunos(as).

Mas a realidade, infelizmente, ainda se encontra distante do que está disposto nas leis e regimentos para uma educação acessível a todos. Considerando os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, sobre as condições de infraestrutura oferecidas pelas escolas no Brasil para estudantes com alguma deficiência, apresenta que apenas 27,5% das escolas possui salas de recursos multifuncionais para

Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto que este é um importante recurso para auxiliar no processo educacional dessas pessoas.

Questões estas colocadas acima, quando tratadas e desenvolvidas em conjunto e com seriedade, onde o foco principal é o desenvolvimento educacional pleno do aluno, independentemente de sua condição, podem tornar uma educação com objetivos alcançados e de fato inclusiva, aberta a qualquer pessoa.

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

Toda pesquisa para ser realizada exige que haja um planejamento, um caminho a percorrer, uma sequência a seguir. Levantamento de hipóteses, expectativas colocadas, traçar uma rota, são pontos a serem destrinchados na elaboração de uma pesquisa.

Diante disso, essa pesquisa tem o propósito de conseguir informações para o aprofundamento da temática sobre o processo da educação de pessoas com surdez no município de Aroeiras/PB. Então, optou-se pela pesquisa de cunho qualitativa, de forma que tivéssemos a oportunidade de conhecer e compreender a opinião do outro, e aquilo que o mesmo tem de informação sobre o assunto.

Lembrando que nesse tipo de pesquisa, não se tem o objetivo de dados quantitativos, mas sim a visão e livre expressão da/s pessoa/s envolvida/s. A pesquisa qualitativa é de caráter exploratório, exigindo do pesquisador um contato direto com o público e locais alvos da pesquisa. De acordo com Zanella (2013, p.99) “o método qualitativo não emprega a teoria estatística para medir ou enumerar os fatos estudados. Preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados”.

Já de acordo com Malheiros (2011, p. 188), “a coleta de dados qualitativos é um processo que exige muito rigor do pesquisador, porque a observação do fenômeno está certamente empregada pela história pessoal daquele que observa”. Portanto, esse tipo de pesquisa busca ouvir o que o outro tem a dizer, para que seja feita a coleta de informações. O pesquisador, então, precisa se envolver na história para captar aquilo que deseja e objetiva em seu estudo.

5.2 Instrumentos de pesquisa

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou-se de dois instrumentos metodológicos para a coleta de dados: a historiografia e a entrevista. A historiografia tem uma grande importância, pois em se tratando de uma pesquisa de dados históricos, essa técnica auxilia na coleta de informações tanto do passado como também do presente, proporcionando uma investigação mais ampla e conhecendo

acerca dos fenômenos que a envolve, sendo um posicionamento investigativo, de forma a, conforme descreve Chartier (1990, p. 16) “identificar os modos como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (*apud* Nunes 2011, p.20)

Outro instrumento utilizado nesta pesquisa foi a entrevista, essa sem roteiro, na qual o entrevistado terá liberdade para falar sobre o assunto, apenas com algumas questões para norteamento da mesma, sendo entrevistas pessoais e informais.

Trata-se de uma entrevista semiestruturada, com questões previamente elaboradas, que direciona a entrevista, mas não se detém apenas a estas, permitindo uma melhor aproximação entre o pesquisador e o entrevistado, bem como flexibilidade para novos questionamentos, e um melhor desenvolvimento da entrevista. Conforme Zanella (2013, p.117), a entrevista semi-estruturada segue um roteiro ou “guia” criado pelo entrevistador, mas sem se prender rigidamente à sequência das perguntas. A conversa segue conforme os depoimentos do entrevistado, sem obedecer rigidamente ao roteiro de entrevista”.

Em decorrência da Pandemia do Covid-19, novas medidas e estratégias precisaram ser tomadas para que chegássemos aos sujeitos alvo dessa pesquisa, sem colocar em risco a saúde dos mesmos. Assim como em diversas áreas, tivemos que migrar para o universo online, utilizando de plataformas virtuais para encontros e reuniões de modo a distância. Diante disso, as entrevistas foram realizadas de forma remota através de uma plataforma de reuniões online.

5.3 Participantes e cenário da pesquisa

A participante dessa pesquisa é uma profissional da educação que têm contato e experiência com a educação especial e educação de surdos no município de Aroeiras/ PB, especialmente na Escola de Surdos da localidade. Esta também é funcionária da escola pesquisada.

5.4 Análise dos dados

Diante do exposto acima e após a coleta dos dados, partimos para a análise dos mesmos, onde baseou-se na análise de conteúdos de Bardin (1977). Inicialmente foi realizada uma análise documental, para investigação de todo o processo da educação de surdos no Brasil, a legislação e como a mesma trata da inclusão desse

grupo no meio educacional, além de artigos, livros, dissertações e teses, de forma que tivéssemos um embasamento teórico amplo e com informações necessárias para o trabalho.

A partir disso, foram realizadas entrevistas para aprimorar a pesquisa e obter dados mais concretos das informações, e então a análise das mesmas para construir e desenvolver caminhos para a história educativa de pessoas com surdez em Aroeiras/PB.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1 Situando o município de Aroeiras/PB

O município de Aroeiras está localizado no Agreste do estado da Paraíba, cerca de 177,2 km de distância da capital João Pessoa. De acordo com dados do IBGE do censo de 2010, possui uma população de cerca de 19.082 habitantes, distribuídos entre zona rural e urbana, numa área territorial de cerca de 376,118 km². Emancipada em 1953, pela Lei Estadual nº 980, de 02 de dezembro de 1953. Faz limite com os municípios de Umbuzeiro, Natuba, Gado-Bravo, Fagundes, Queimadas e Itatuba.

A rede de ensino do município, de acordo com os dados do ano de 2018, dispõe de mais de 80(oitenta) escolas, entre públicas e privadas. De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), no ano de 2018, o número de matrículas na Educação Especial, ou seja, alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos, no município de Aroeiras era cerca de 40 alunos(as) no Anos Iniciais e 14 alunos(as) nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Já no Ensino Médio, havia cerca de 4 matrículas efetuadas. Na EJA, havia cerca de 44 alunos matriculados nessa modalidade.

De acordos com dados relacionados a deficiência auditiva, do IBGE, do Censo de 2010, entre a população residente do município de Aroeiras, cerca de 1.081 pessoas tem alguma dificuldade auditiva, 235 pessoas têm grande dificuldade e cerca de 47 pessoas tem deficiência auditiva total.

6.2 Caracterização da escola pesquisada e da entrevistada

A escola escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, é da rede municipal de ensino de Aroeiras/PB. É uma escola denominada especial de educação de surdos, fundada em junho de 2006, que oferece o Ensino Fundamental-Anos Iniciais, e atualmente atende a cerca de quatro alunos com surdez.

Na época em que a escola foi fundada, a mesma atendia apenas a alunos(as) com surdez, mas com o passar dos anos a escola expandiu os atendimentos e assistência estudantil para alunos(as) com outras deficiências. As atividades vão desde aulas para os estudantes até suporte às famílias dos mesmos.

Para obtermos respostas às nossas questões, realizamos uma entrevista com uma profissional da educação e funcionária da instituição. Em virtude do atual

momento em que o mundo está enfrentando, diante da pandemia do Covid-19, as entrevistas foram realizadas de forma remota, através de uma plataforma online, para que não descumprisse as medidas sanitárias de saúde nem fosse colocado em risco a saúde dos(as) participantes da pesquisa.

No convite para as entrevistas e explicação do objetivo da pesquisa, a participante foi avisada de que, por questões de ética, não seria revelada a identidade dos(as) entrevistados(as). Portanto, para situar as respostas, as falas e apontamentos obtidos pela entrevista, identificaremos, quando necessário durante o texto, por “entrevistada”. Assim, garantimos o sigilo e preservação da identidade dos(as) entrevistados(as).

A entrevistada, tem formação em Pedagogia, e pós-graduação em Psicopedagogia, além de vários outros cursos extras em LIBRAS, e principalmente na área de Educação Especial. Atua na área de Educação Especial e de surdos há cerca de 8 (oito) anos. A mesma se interessou pela área ainda na graduação, quando decidiu escrever sobre autismo, e até o momento trabalha na área de inclusão.

6.3 O que diz a entrevistada em relação à educação de surdos

Pensar o processo de inclusão escolar, nos dias de hoje, remete a um retrocesso de algumas décadas de propostas e políticas educacionais que visavam à transformação da escola, à universalização do acesso e à permanência na escola com um mínimo de qualidade educacional para os alunos e professores. (CASTRO, 2015, p. 53)

A autora acima destaca a importância de uma boa educação para que os resultados positivos apareçam, mesmo diante de um histórico não tão promissor. É importante destacar também que existe uma soma de sujeitos e ações que precisam estar interligados na realização de uma educação de qualidade e principalmente que atenda a toda pessoa, incluindo aquelas com necessidades educativas especiais.

A educação precisa ser entendida como forma de desenvolvimento da sociedade, como meio de progresso, oportunidade de mudança de vida, de crescimento tanto individual quanto coletivo. É também através da educação que o indivíduo tem a possibilidade de evoluir, de conhecer a si mesmo e ao outro.

Compreendemos assim que a escola é uma das primeiras instituições de grande importância na construção do conhecimento do sujeito, que fortalece as

relações interpessoais, desenvolvendo a socialização do ser humano. Conforme sustenta Mantoan (2006, p.185)

A escola é a instituição por intermédio da qual a criança se introduz no mundo público, e daí o papel do Estado em relação a todas elas. À família cabe o dever de garantir à criança o que é típico do domínio privado do lar, e ao Estado cabe garantir o direito indispensável da criança à educação escolar, pois é ela que faz a transição entre essas duas vidas (MANTOAN, 2006, p.185).

Uma das questões apresentada durante a entrevista foi sobre a importância da educação para a pessoa com surdez. A entrevistada nos relatou que:

A educação é um importante meio para o desenvolvimento tanto intelectual, quanto social dos(as) surdos(as), porque eles (as) têm a possibilidade de ter contato com outras pessoas, tanto ouvintes quanto surdos, além de possibilitar o acesso ao conhecimento e a educação. Abrindo assim, novas possibilidades, principalmente na área profissional.

Compreendemos que para o ser humano se desenvolver, a socialização é um dos fatores mais importantes para auxiliar esse processo, visto que a interação com o outro provoca conhecimento, crescimento, desenvolvimento intelectual, da fala, etc. A educação, por sua vez, pode proporcionar ao sujeito a oportunidade de vivenciar momentos e experiências que contribuam no processo de amadurecimento e progresso.

Como apontado também pela entrevistada, uma das atividades também realizadas pela escola é o acompanhamento e apoio para os surdos que já terminaram o período da educação básica ou abandonaram a escola. O acompanhamento se realiza com aulas de LIBRAS para aqueles que conseguiram terminar o Ensino Médio, mas que não deram prosseguimento a uma graduação ou curso técnico, por exemplo, ou mesmo profissionalmente. Assim, para que estes não estejam desamparados, são oferecidas essas aulas, de extrema importância, até mesmo para que haja socialização entre o surdo e o ouvinte, e continuem aprendendo.

Um ponto extremamente importante a se destacar, e enfatizado pela entrevistada, diz respeito ao abandono escolar por parte das pessoas com surdez, por diversos fatores que ocasionam tal atitude, entre eles a falta de apoio familiar, o despreparo dos ambientes escolares, desde a estrutura física até mesmo o desconhecimento da Língua de Sinais por parte dos ouvintes que dificulta a comunicação entres eles. Conseqüentemente, pessoas surdas ficam deslocadas e se sentem desmotivadas a continuarem frequentando a escola. Então, Costa e Santos (2018, p.296) comentam que

Quando se trata de alunos com surdez, a questão educacional se mostra de extrema complexidade. Deve-se oferecer igualdade de oportunidades, atender às necessidades individuais de cada aluno, garantir acesso (social e aos conhecimentos) e permanência – e, ainda, considerar que o aluno surdo é o único (entre as demais deficiências e diante da comunidade escolar) que utiliza uma língua diferente da usada pela maioria, a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A escola precisa estar preparada de todas as formas para receber qualquer aluno(a), para que este consiga desenvolver-se satisfatoriamente e se sinta em um ambiente acolhedor, e de fato seja um espaço inclusivo na sua prática e rotina diária. É preciso então, como sustenta Carneiro e Dall’Acqua (2016, p. 27), “pensar em uma escola sem exclusão, capaz de responder às necessidades educacionais diferentes de seus alunos, desconstruindo assim uma cultura social de desvalorização de grupos marginalizados [...]”.

Perguntada também sobre a opinião em relação a inclusão de alunos(as) surdos(as) no ensino regular, a entrevistada nos disse que:

A proposta da inclusão de fato é muito importante, e que sim, alguns alunos têm a possibilidade de frequentar o ensino regular, quando com acompanhamento. Afirma também que a realidade educacional ainda está muito distante da teoria, onde apresenta um projeto que abrange a todos, mas que falta muito investimento e organização dos espaços educacionais para comportar todas as pessoas.

O que percebemos nessa fala da entrevistada, remete a ideia da maioria da população, principalmente de alguns profissionais da educação, quando subestimam a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais em frequentarem o ensino regular, alegando muitas vezes que a deficiência o(a) impede de participar e frequentar ativamente das atividades em uma escola regular. Mas como ressalta Carneiro e Dall’ Acqua (2016, p.27),

[...] Para alunos com necessidades educacionais diferenciadas advindas de deficiências a mudança na escola passa necessariamente pela atuação do professor. Desta forma, inclusão escolar, educação infantil, formação de professores são elementos chave do processo de mudança. Essa mudança só ocorrerá se os atores sociais envolvidos se tornarem autores da história, deixando de simplesmente representar um papel estabelecido e esperado e assumirem a autoria de uma nova história. No espaço escolar isso significa que os professores, não só, têm que querer a mudança independente das conjunturas estabelecidas[...].

A entrevistada também falou que:

Se perguntássemos aos surdos a opinião deles(as) sobre a inclusão nas escolas regulares, a maioria diria que não gostam da forma como são recebidos na escola regular, por diversos fatores. Entre as queixas, a falta de comunicação entre surdos e ouvintes que conseqüentemente não se

habitam com o ambiente, além do despreparo dos espaços e profissionais escolares.

Por isso, a importância de espaços escolares bem estruturados, não só em seus espaços físicos, mas também na formação e preparação dos profissionais que iram trabalhar com esses alunos(as). É também importante que os demais alunos(as) tenham interesse em aprender a LIBRAS, como forma de se comunicarem adequadamente com os (as) alunos(as) surdos.

Continuando nossa análise, sabemos que a família é o primeiro meio social que o sujeito frequenta e vínculo pessoal que desenvolve. É nela que são repassados os primeiros valores, construção sociocultural, e tudo que envolve o desenvolvimento do ser. Atualmente, as características de formação de família tem se modificado, mas a importância desta no desenvolvimento do ser humano, é primordial, indispensável e não se modifica.

No processo de aprendizagem, a família e escola precisam estar interligadas para que os resultados satisfatórios apareçam, são dois grupos que precisam andar em conjunto e de forma articulada, de forma que a escola entenda a importância da família nesse processo, e a família compreenda seu papel, pois tem forte influência no processo educacional dos discentes. Sobre essa união, Cia, Borges e Christovam (2016, p. 84), dizem que:

[...] é necessário que a escola entenda o quão importante é o papel da família no desempenho escolar do aluno, que esta participe ativamente das atividades realizadas pela escola e que os agentes educativos busquem oferecer aos familiares um ambiente acolhedor com oportunidades de diálogo e interação, para que aqueles percebam seu papel e aliem-se a esse meio de aprendizagem [...].

Diante dessa perspectiva, durante a entrevista realizada, foi perguntado sobre a importância e participação da família durante o processo de aprendizagem dos(as) alunos(as) com surdez. A entrevistada, nos relatou como funcionava o apoio e conexão entre a escola e as famílias dos(as) alunos(as) que a mesma atende. Em relação ao diálogo entre escola e família dos alunos surdos, a entrevistada relatou que:

Algumas famílias são “relapsas” em relação ao acompanhamento educacional dos seus filhos (alunos), pois não tinham tanto interesse em participar efetivamente. Outras, porém, conseguem participar desse processo com mais frequência.

Outra questão importante a se destacar, a qual foi levantada durante a entrevista, diz respeito a forma de comunicação entre os(as) alunos(as) surdos e os

familiares ouvintes. Sabemos, e como já foi destacado no decorrer deste trabalho, que a forma de comunicação entre a comunidade surda é através da língua de sinais, mas segundo relato da entrevistada, algumas famílias por não saberem e desenvolverem a língua de sinais, acabam por se comunicar com os surdos através de gestos, o que de certa forma dificultam o desenvolvimento destes.

Por isso, a importância de acompanhamento, apoio e parceria entre família e escola, para que questões como essas sejam solucionadas, de forma que o(a) aluno(a) consiga se desenvolver, usufruir do seu direito à educação e principalmente, viver e conviver normalmente em sociedade.

Perguntamos também a entrevistada quais sugestões daria para a melhoria da educação, ela afirmou que:

Antes de tudo, a escola precisa ir em busca do(a) aluno(a), principalmente aqueles que não sentem mais vontade de frequentar a escola e que acabam desistindo dos estudos. Também é importante que tenha assistência às famílias dos alunos(as) com surdez para que as mesmas sejam acompanhadas e aprendam o básico para que haja comunicação e acompanhamento adequado, auxiliando assim no desenvolvimento educacional do estudante.

Melhorias nas instituições de ensino, tanto nos espaços físicos, quanto na equipe de funcionários, fortalecimento e aprimoramento da formação docente, para saber lidar com as diferenças em sala de aula e desenvolver métodos eficientes no desenvolvimento da aprendizagem das pessoas com deficiências. São sugestões apresentadas pela entrevistada, que quando colocadas em prática podem surtir efeitos positivos na educação. Como afirma Mantoan (2006, p.197) “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam na direção de uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que recebe e valoriza as diferenças”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quebrar com paradigmas, desfazer os preconceitos enraizados no desenvolvimento da sociedade, se faz cada vez mais necessário para que a mesma possa viver em harmonia e todos(as) tenham a liberdade de conviver, frequentar qualquer espaço, usufruir dos direitos garantidos ao longo da história da humanidade.

Durante muitos anos as pessoas com alguma deficiência sequer tinham algum direito. Estas por muito tempo foram considerados como ineficientes, marginalizados e até excluídos do convívio social, diante de uma sociedade totalmente preconceituosa, segregadora e que se limitava a padrões impostos de perfeição e corpos sem qualquer deficiência.

A comunidade surda então, em muitos anos tiveram vidas ceifadas, foram excluídos da sociedade, de direitos, de condições básicas para viver. Mas percebemos que com o passar do tempo, as ideias e modo de pensar da sociedade foi mudando e com isso, as pessoas com surdez começam a ganhar espaço, conquistar benefícios, ter mais visibilidade.

Os estudos sobre surdez começam a surgir, e junto a isso começa a se pensar na integração de pessoas surdas na sociedade, principalmente no meio educacional. Percebemos que esse percurso de mudanças mesmo a passos lentos, tem avançado, a legislação tem apresentado propostas para inserir essas pessoas nos ambientes educacionais, e propor métodos de ensino que possam auxiliar na formação destas.

Compreendemos assim, que a educação de fato é um importante caminho para o desenvolvimento da sociedade, como forma de promover as relações interpessoais, na construção de um espaço mais democrático. A educação sem dúvidas é um meio de socialização do indivíduo, de manifestação das ideias, onde também podemos expressar nossas opiniões sobre vários assuntos. É muitas vezes a oportunidade para o sujeito adquirir e ter contato com novos conhecimentos.

Promover uma educação que atenda às necessidades básicas educacionais de cada sujeito é essencial, para que os resultados apareçam e principalmente, aqueles que desejem usufruir desse direito, garantido por lei. O debate acerca de uma educação inclusiva tem adentrado nos espaços da sociedade e são cada vez mais necessários para entendermos que todos(as) podem ter a oportunidade de acesso à educação, de frequentar os espaços educacionais, de aprender e transmitir conhecimento.

Antes de tudo, precisamos educar a sociedade sobre novos ideais e paradigmas. O acesso à educação pelas pessoas com necessidades educacionais especiais já está posto nos documentos e na legislação e cabe a todos se mobilizar e fornecer meios para garantir que essas necessidades estejam sendo sanadas e os direitos respeitados.

A escola por sua vez, tem grande relevância na construção de uma sociedade mais democrática, justa e que entende que toda e qualquer pessoa pode ter o acesso aos direitos básicos de vivência e convivência em sociedade, principalmente quando diz respeito à educação.

Toda a comunidade escolar, desde funcionários, corpo discente e equipe docente, precisa inicialmente informar-se em como auxiliar no dia a dia e permanência de alunos(as) surdos(as) na escola, de forma que estes se sintam à vontade e tenham resultados positivos em seu processo de aprendizagem. Entendemos também que a família é uma grande aliada nesse processo, sendo instituição primordial e primeira a ter contato com a formação do indivíduo. Precisa entender que tem um papel importante na educação de seus filhos (alunos), apoiando e buscando a garantia dos direitos destes.

Finalizamos reforçando que essa busca por uma educação mais justa e acessível é contínua. São passos que precisam ser dados todos os dias para que mudanças aconteçam, e o acesso seja garantido. Precisamos compreender que a pessoa com surdez tem muito a ensinar e a aprender, que a educação é um direito conquistado por essa comunidade a ser respeitado e garantido.

Desejamos que este trabalho auxilie na busca por novos conhecimentos, que mais pesquisas relacionadas à educação de surdos sejam realizadas, que os direitos de todas as pessoas sejam respeitados, que a comunidade surda seja assistida em todas os setores, que todos os sujeitos tenham o desejo de ver uma sociedade mais igualitária e harmoniosa mesmo com todas as diferenças entre os cidadãos, e que a educação esteja acessível a qualquer pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVEZ, Carla Barbosa. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, v. 4, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.
- BARROS, H. de A.; ALVES, F. R. V. The main educational approaches to the deaf: and the valorization of the culture of the deaf. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. e38881231, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i8.1231. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1231>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1988.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação (2001). RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP. Brasília, 2001.
- _____. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2013. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 27 de jul. de 2021.
- _____. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. São Paulo: Editora Moderna, 2020.
- _____. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- _____. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril, de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília. 2005.
- _____. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p.

_____. **Marcos Políticos- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, 2011.

_____. Lei nº 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.

CARNEIRO, R.U.C. DALL'ACQUA, M.J.C. Inclusão escolar na Educação Infantil: Pesquisa e prática sobre formação em serviço de professores. *In:* CARNEIRO, R.U.C. DALL'ACQUA, M.J.C. CARAMORI, P.M. (orgs). **Educação especial e inclusiva: mudanças para a escola e sociedade.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-31.

CASTRO, Paula Almeida de. **Tornar-se aluno- identidade e pertencimento: perspectivas etnográficas.** Campina Grande: EDUEPB, 2015.

CAVALCANTE, Elen. Brandão. Concepção de educação de surdos nas teses e dissertações em pesquisas em educação. **Revista Periferia**, UERJ, v. 9, n.1, p. 154-177, jan./jun. 2017.

CIA, F. BORGES, L. CHRISTOVAM, A.C.C. Relação família e escola na educação infantil de crianças público alvo da educação especial: possibilidades e desafios. *In:* CARNEIRO, R.U.C. DALL'ACQUA, M.J.C. CARAMORI, P.M. (orgs). **Educação especial e inclusiva: mudanças para a escola e sociedade.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 79-112.

COSTA, Larissa da. SANTOS, Lara Ferreira dos. Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica. **Revista Comunicações**, Piracicaba, v.25, n.3, p. 293-320, set-dez, 2018.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. *In:* RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** 1ª reimp. São Paulo: Summus., 2006, p. 35-64.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. *In:* RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** 1ª reimp. São Paulo: Summus, 2006, p. 85-114.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. *In:* RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** 1ª reimp. São Paulo: Summus, 2006, p. 161-182.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010: Amostra – pessoas com deficiência**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23612>. Acesso em: 09 abr. 2021.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *In*: RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. 1ª reim. São Paulo: Summus. 2006, p. 184-209.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

NUNES, D. PESQUISA HISTORIOGRÁFICA DESAFIOS E CAMINHOS. **Revista de Teoria da História**, UFG, v. 5, n. 1, p. 15–25, junho/2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28959>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, G. B. T.; SOUZA, M. G. B.; SILVA, M. L. G. **A importância do reconhecimento do outro na realidade atual: perspectivas de uma educação em/ para os direitos humanos**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58509>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

PARAÍBA. Resolução nº 172/2005 - **Aprova o regimento interno do Conselho Estadual de Educação e dá outras providências**. Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação, em 28 de julho de 2005. Disponível em: <https://cee.pb.gov.br/downloads/resolucoes/re2005/Re172-2005-Regimento-Interno.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

_____. Resolução nº 080/20. **Regulamenta a criação dos centros de atendimento especializado (CAE) no âmbito do Sistema Estadual de Ensino da Paraíba**. João Pessoa, 11 de abril de 2013. Disponível em: <https://cee.pb.gov.br/downloads/resolucoes/re2013/Re080-2013.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

_____. LEI Nº 10.488 DE 23 DE JUNHO DE 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências**. João Pessoa, 23 de junho de 2015. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-n%C2%BA-10.488-Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-2-1.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

PERLIN, G. T. T. Identidades Surdas. *In*: SKLIAR, C. (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 51-74.

SANTOS, Cassio Cabral (org). **Legislação Estadual da Paraíba**. 5 ed. João Pessoa: Editora EducaSimples 2020. 684p. v 2.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. *In*: RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. 1ª reimp. São Paulo: Summus., 2006, p. 15-34.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, C. (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 7-32.

SOUZA, M. G. B.; OLIVEIRA, G. B. T.; FERREIRA NETO, E. **Trilhando os caminhos da educação de surdos no Brasil: da segregação à educação inclusiva**. Anais IV CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72607>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

APÊNDICE A- ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Pesquisa sobre educação especial/ inclusiva e educação de surdos

PESQUISADORA: Maria Gabriella Barbosa de Souza

ORIENTADOR: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

1ª PARTE: DADOS PROFISSIONAIS

- 1.1 Qual sua formação acadêmica?
- 1.2 Você tem pós-graduação?
- 1.3 Qual sua função na Escola de Surdos de Aroeiras?

2ª PARTE: DADOS SOBRE A ESCOLA DE SURDOS DE AROEIRAS/PB

- 2.1 Quantos anos/tempo está trabalhando ou trabalhou na Escola de Surdos de Aroeiras?
- 2.2 Fale um pouco sobre a criação da Escola de Surdos de Aroeiras.

3ª PARTE: DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM AROEIRAS

- 3.1 Há quantos anos trabalha com a educação especial/ educação de surdos?
- 3.2 Atualmente, como funciona o processo educacional da pessoa surda em Aroeiras?
- 3.3 Quais sugestões você daria para melhorar a educação de surdos em Aroeiras?
- 3.4 Para você, qual a importância da educação para o desenvolvimento social da pessoa surda?